



**Figura 08 – Funeral (1929) do Coronel Honorato Martins Borges, em sua residência oficial.
(Acervo da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio)**

Paralelamente, no dia 06 de janeiro de 1929, é inaugurado o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio para as meninas, sob responsabilidade de sua primeira diretora, a Irmã Maria Gislena. O mesmo foi criado a 11 de outubro de 1928.

A Congregação feminina, responsável pelo Colégio, é conhecida como Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, originária da Bélgica. A criação do mesmo contou com o apoio da oligarquia rural local, em favor da consolidação da presença educacional promovida pela Igreja Católica Apostólica Romana, com o objetivo de garantir sua presença hegemônica, no imaginário social, e em particular educacional, da cidade de Patrocínio.

O processo de criação, instalação dos Colégios Dom Lustosa e Nossa Senhora do Patrocínio foi plenamente aclamado e descrito pelo jornal hegemônico “CIDADE DO PATROCÍNIO”. Em inúmeras edições, o mesmo faz apologia à instalação de ambos os colégios, no sentido de aprimorar a formação e a instrução patrocínenses, contribuindo para o progresso da cidade.

Ainda no ano de 1928, por volta de agosto, dá-se início à construção do atual prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, conseguido graças à autorização do Dr. Francisco Campos, Secretário dos Negócios do Interior, em visita a Patrocínio. Este processo da construção do prédio atual será alvo de considerações, no capítulo III deste trabalho.

A morte do Coronel Honorato Martins Borges ocorre em 08 de maio de 1929, na estância hidromineral da cidade de Araxá, local para onde se dirigiu na tentativa de tratamento da saúde. Sua biografia foi publicada no jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, no n.º 822 (publicado em 12 de maio de 1929), como homenagem e reconhecido pelas ações e obras que Honorato Borges ajudou a conquistar para Patrocínio. Sua morte foi um evento de grandes proporções para a cidade de Patrocínio. Inúmeras autoridades políticas manifestaram seu pesar e o seu velório foi marcado pela presença de um grande número de pessoas.

Também neste ano de 1929, é inaugurado, no Largo do Rosário (atual Praça Honorato Borges), o fórum. Além do mais, é inaugurada também a nova cadeia pública de Patrocínio, na Praça Tiradentes (a antiga tinha funcionamento no Largo do Rosário).

Já em 1930, o município de Patrocínio, assim como todos em Minas Gerais, passa a ser administrado por um prefeito, em substituição ao cargo de agente executivo, que também era o Presidente da Câmara Municipal. O primeiro prefeito de Patrocínio é Francisco Batista de Matos. E o último agente executivo foi o jornalista João Pereira de Melo.

1.5. Considerações Parciais

O período da República Velha representa para o país um momento de grandes transformações socioeconômicas pelas quais passa o Estado brasileiro. Historicamente, pode ser considerado uma fase de transição, pelo menos em algumas partes do país como as regiões sudeste e sul, do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. Esta transformação também pode ser verificada em outros países do mundo, os quais procuram se adaptar às novas exigências do capitalismo mundial, o qual, gradativamente, torna-se essencialmente financeira ou monopolista.

Mundialmente, a humanidade atravessava momentos de intensa transformação na ordem estabelecida até então: o imperialismo estabelecido sobretudo pelas potências européias. A luta por influências em territórios nos continentes africano e asiático provocou o primeiro dos grandes conflitos mundiais, a I Guerra (1914 – 1918).

Esse evento proporcionou significativas alterações na distribuição geopolítica de poder, marcando profundamente o contexto histórico. Os Estados Unidos da América se despontam como a potencial nação a determinar os rumos do sistema capitalista mundial.

Simultaneamente, em 1917, ocorre também a revolução russa, implantando o modelo socioeconômico socialista. Essas transformações impõem uma nova lógica em torno dos diversos países espalhados pelo mundo.

No Brasil, então, os processos de industrialização e urbanização eram iniciados em algumas regiões do país, com a intenção de promover o país ao estágio atingido pelas principais nações do mundo capitalista, consideradas avançadas.

A burguesia procurava se consolidar enquanto classe hegemônica no país, participando de um projeto ambicioso de tornar o país uma grande nação. Para isso, estimulava a produção de idéias que permeassem um sólido projeto de reformulação do modelo de formação e de inculcação ideológica.

O setor educacional, sobretudo o escolar, é visto como um dos principais meios pelos quais o projeto de desenvolvimento e aperfeiçoamento social tornar-se-ia realidade.

Em termos políticos, Minas Gerais se tornou um dos sustentáculos da estrutura do poder ao longo Primeira República, assim como o foi também ao longo do Império. Neste sentido,

A pressão federal era comum nos estados mais fracos, mas fato novo em Minas, que cooperara intimamente com todos os presidentes, para controlar o sistema de federalismo desigual que favorecia os estados grandes e poderosos: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Comprometido com um governo ordeiro, Minas era

um pilar do sistema presidencial, da mesma forma como anteriormente fora um sustentáculo da monarquia dos Bragança. Adeptos do jogo do legislador, de acordo e manobra, os mineiros lideraram o congresso na maior parte da República Velha. Retiveram a presidência por três vezes e puderam designar os sucessores no cargo. Estava sempre representados no ministério. A coesão interna era a chave desta influência nacional. Na maior parte do período, a máquina do PRM obteve grande sucesso de adaptação ao coronelismo, a política de patrão-cliente usada pelos chefes rurais e regida da câmara estadual. De fato, os movimentos dissidentes, como a Concentração Conservadora, foram raros. (WIRTH, 1982: 154)

O Estado de Minas Gerais luta por se manter à frente da estrutura política nacional, na tentativa de consolidar sua posição de estado majoritário, ao lado de São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim,

Os mineiros foram extremamente conspícuos na política nacional durante a República Velha (1889 – 1930), uma era de federalismo que favorecia os grandes e poderosos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Fiel ao governo bem comportado, Minas era um pilar da democracia limitada e do sistema presidencial, como fora outrora sustentáculo da monarquia. (WIRTH, 2004: 76 – 7)

Economicamente, Minas Gerais, apesar do esforço, não conseguia acompanhar os índices alcançados outras unidades da federação, no decorrer do processo de expansão do mercado interno brasileiro. Mesmo com o avanço das idéias liberais em alguns setores da elite mineira, o Estado tenta se adaptar às novas realidades, demonstrando interesse em se ingressar na era da modernização. Dessa forma,

O crescimento irregular, moderado – mas não a estagnação – define a economia mineira de 1889 a 1937. Esse moderamento, porém, não foi proporcional à população e ao poder político do estado. Enquanto outros grandes estados do Centro-sul sofreram transformações estruturais, o índice e direção da mudança na economia de Minas foi menos profunda, favorecendo menos a modernização baseada nas aspirações e técnicas capitalistas. Estado cercado de montanhas com difíceis comunicações internas, Minas não participou totalmente nem obteve grandes benefícios do mercado interno nacional em expansão, resultado do crescimento baseado na exportação. (WIRTH, 1982: 75)

No interior de Minas Gerais, ainda persiste o sistema coronelista de composição do poder, controlado pelo influente e poderoso PRM (Partido Republicano Mineiro). A elite política mineira, composta em sua maioria pela oligarquia rural, ainda mantém o sentido de valorização do Estado, com extrema devoção à ordem estabelecida. Mesmo assim, as relações estabelecidas entre os membros do Partido ao longo da República Velha demonstra o grande desafio enfrentado pelos políticos frente à dicotomia entre a preservação da situação

prestigiosa obtida desde os tempos do Império, bem como aos novos desafios da estrutura capitalista imposta em alguns pontos específicos do país.

A modernização necessária perpassa pelo desenvolvimento estrutural de um mercado interno dinâmico, pela industrialização conseqüente, bem como pela urbanização e todos os efeitos esperados. Por isso,

A fase seguinte foi o longo apogeu da sua liderança em combinação com São Paulo, de 1898 a 1929. De fato, o Presidente Campos Sales estabeleceu a famosa “política dos governadores”, em estreita consultação com o governador Silveira Brandão. Ambos desejavam o apoio disciplinado dos respectivos legislativos, a fim de legitimar e pôr em prática orçamentos austeros em decorrência da queda drástica dos preços do café e das exigências dos credores estrangeiros. Mas desejavam também aumentar o controle do Executivo às expensas dos Legislativos. Em Minas, o poder centralizava-se no Palácio da Liberdade acoplado à Comissão Executiva do PRM. Esse Collegium de intermediários do poder regional comandava os coronéis. Por seu turno, os chefes locais governavam as muitas cidadezinhas que fizeram a fama de Minas e carregavam votos para candidatos aprovados pela máquina estadual. Foi o período clássico de Bias Fortes, o taciturno chefe de Barbacena, de Francisco Sales, credor de uma quantidade de coronéis, e de Francisco Bressane, secretário do Partido durante muito tempo e famoso por um tique facial, encarregado de elaborar as listas de votação. O partido do governador controlava as nomeações políticas, intimidava a imprensa e cooptava clubes cívicos e grupos de pressão, como, por exemplo, o grupo dos cafeicultores. A dissensão punia-se rotineiramente nas urnas. A autoridade do governador tinha também a sustentá-la a violência e a proibição de acesso aos serviços públicos e às oportunidades. Partido de panelinhas, o PRM era suficientemente coeso para apoiar um governador inovador como João Pinheiro (1906 – 1908), suficientemente flexível para sobreviver às divergências entre os chefes regionais, como, por exemplo, a rivalidade entre Silviano e Bias Fortes, e suficientemente forte para acomodar novos chefes que surgiam, como Artur Bernardes e Raul Soares, da Mata. Mas o PRM estilhaçou-se na última e mais grave crise sucessória da República Velha. Pela primeira vez, desde a queda de Alvim, em 1892, Minas entrou violentamente em choque com o Catete. (WIRTH, 2004: 78)

O PRM se manteve durante praticamente todo o período da Velha República através do controle dos inúmeros chefes locais, das inúmeras cidades do interior mineiro. Estas cidades eram, em sua maioria, chefiadas por lideranças locais representantes, em sua maioria, do sistema coronelista, sobrevivente à Proclamação da República. Ou seja, com a República, não houve de fato uma transformação efetiva do sistema eleitoral, pois há persistência da influência quase inabalável das chefias locais, capazes de controle da vida pública, bem como do voto dos eleitores. Nesse intuito,

O CORONELISMO tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império; já então os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança – herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal. Uma das grandes surpresas dos republicanos históricos, quase imediatamente após a proclamação da república, foi a persistência desse sistema,

que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral. A Constituição Brasileira de 1891 outorgou o direito de voto a todo o cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado; assim, pareciam extintas as antigas barreiras econômicas e políticas, e um amplo eleitorado poderia teoricamente exprimir livremente sua escolha. Todavia, verificou-se desde logo que a extensão do direito de voto a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base da antiga estrutura eleitoral se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos. (WIRTH, 2004: 155)

Nas três primeiras décadas do século XX, em plena República Velha, Patrocínio irá se beneficiar enormemente perante o governo estadual, por representar uma das principais cidades da região do Triângulo. A estrutura política local, chefiada pelo Coronel Honorato Martins Borges, é suficientemente coesa e enormemente aclamada por outras lideranças regionais, bem como pela própria liderança política estadual.

A política local patrocínense ingressa num período de prosperidade, com a conquista de um sem número de projetos de melhoria da infra-estrutura municipal, dentre os quais se destacam: a inauguração da “Estrada de Ferro Goiaz”, necessária para a ligação da cidade com outras regiões do país, inclusive com a própria cidade do Rio de Janeiro, permitindo viagens mais rápidas e eficazes para os habitantes de Patrocínio; a conquista do telégrafo, aperfeiçoando sensivelmente a comunicação da cidade e aumentando a rapidez nos contatos mais urgentes; a introdução da energia elétrica, possibilitando um conforto para as famílias, bem como uma alternativa para os estabelecimentos públicos, comércio e indústria; a criação, a implementação e o funcionamento da primeira escola de ensino primário regular e da rede oficial do Estado em Patrocínio, o Grupo Escolar Honorato Borges; a construção de uma nova cadeia pública; a criação de uma agência bancária, o Banco Comércio, permitindo a organização das transações financeiras do município com maior eficácia e praticidade; e, por fim, a construção do Fórum, sede da Comarca de Patrocínio.

Em outros termos, o jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” foi um dos mecanismos mais usados pela elite política de Patrocínio, no sentido de veicular concepções políticas, de mundo, bem como os relatos dos feitos políticos a nível local, regional, estadual, nacional e internacionalmente. Relata, como exemplo, o resultado de inúmeras viagens que o agente executivo João Alves do Nascimento, bem como o seu aliado político Coronel Honorato Borges, fizeram a Belo Horizonte, com o intuito de conseguir retribuições e favores políticos junto ao Presidente do Estado, Antônio Carlos. A seguir, os termos completos da matéria, capaz de dar plena idéia dos interesses que preocupavam os políticos patrocínenses

de então. Em outras palavras, a matéria consegue sintetizar as principais reivindicações para o município:

Em prol do município – A viagem do Snr. João Alves e Cel. Honorato Borges a Belo Horizonte – de retorno, na viagem à capital do estado, chegou a esta cidade o Snr. João Alves do Nascimento, Presidente e Agente Executivo deste Município. Essa viagem teve por escopo tratar com o Governo Estadual de vários melhoramentos para Patrocínio e que dependem (uns totalmente, outros em parte) dos poderes estaduais. Das entrevistas que o nosso Agente Executivo e Cel. Honorato Borges tiveram com o snr. Presidente do Estado, seus auxiliares de governo e com os representantes desta zona no Congresso, deviam resultar alguma coisa de profícuo em benefício de nossa terra, dada a boa vontade dos dirigentes do Estado em atender aos reclamos políticos, mercê da clarividência, patriotismo e liberalismo do presidente Antonio Carlos. Assim fomos ouvir o snr. João Alves sobre os resultados de sua missão, e ele prontificou-se a satisfazer nossa curiosidade. De um modo geral o esforçado chefe da municipalidade e o cel. Honorato Borges viram coroado de êxito seus esforços, como era esperado e devia assim ser. **As águas medicinais / A emenda Argemiro** - O snr. Antonio Carlos, coerente com seus patrióticos propósitos de impulsionar o aproveitamento das riquezas que se acham espalhadas por todo o Estado, mostrou-se inteiramente favorável ao aproveitamento das fontes medicinais de Salitre Serra Negra. (...) **O empréstimo** - O nosso agente executivo tratou também de obter com o governo um empréstimo com o fim de realizar vários melhoramentos, entre os quais o de água canalizada. O snr. Presidente do estado, não podendo satisfazê-lo no momento, afiançou-lhe entretanto que realizaria a operação em janeiro do ano próximo futuro. Em vista dessa promessa categórica, o snr. Agente executivo desiste de continuar negociações entabuladas com particulares e com Bancos para realização do empréstimo. **O novo Grupo escolar / Novas escolas** - O Dr. Antonio Carlos vai também expedir as necessárias ordens para a construção do novo prédio para o Grupo Escolar local e criação de mais cadeiras no mesmo, de modo que, em breve, teremos – em vez do atual e inconveniente casarão do Grupo – um prédio à altura das necessidades do ensino na cidade. Além dessas providências vai o Governo criar mais três escolas neste Município e que serão localizadas em Serra Negra, Cocais e Salitre. **Ponte do Paranaíba**. O Governo do Estado irá entender-se com a União e o Estado de Goyáz para a construção da ponte sobre o rio Paranaíba, limite dos dois Estados. Ela será localizada no ponto mais conveniente entre o porto de João Borges e Saco da Ema. Esse serviço insistentemente reclamado beneficiará todos os municípios situados aquém e além do grande rio, nos dois Estados. **A Oeste de Minas** - O snr. João Alves não esqueceu a Oeste que merece grandes melhorias e é um dos maiores problemas do Triângulo. Para esse fim procurou o Dr. Almeida Campos, diretor da via - férrea. Este afirmou-lhe merecer-lhe a maior atenção os reclamos que esta zona lhe tem dirigido. Nem sempre os tem podido satisfazer – mercê da escassez de verbas com que luta. Está ele à espera de ordem do snr. Ministro da Viação para começar imediatamente a construção da nova estação para a cidade. Além disso, começarão a circular ainda este mês os novos trens noturnos – ficando assim as linhas desta zona com três diários. Brevemente o ilustre diretor da Oeste virá até Patrocínio, verificando por si próprio as necessidades da Oeste. **Visita Presidencial** - O snr. João Alves afirmou ao Presidente Antonio Carlos o grande desejo que esta região tem de receber a sua visita. O snr. Presidente visitará o Triângulo em Setembro próximo, vinda a Patrocínio e daqui seguindo para os outros municípios do Triângulo. Eis aí em síntese – que julgamos ser fiel – o resultado de nossa palestra com o snr. João Alves. Como se vê, seu esforço não foi inútil. Sua viagem será de incalculáveis benefícios para o município. E foi ela ensejo para mais uma vez aquilatarmos das qualidades de estadista que é o snr. Dr. Antonio Carlos, em boa hora, elevado a presidir os destinos de Minas Gerais. Em um dos números anteriores desta folha demos num rápido esboço a perspectiva do que será o governo do snr. João Alves do nascimento no município. Pelas linhas acima vê-se que estávamos com a

verdade. Novos e largos horizontes abrem-se para Patrocínio, em caminho ascendente para um progresso contínuo e grande. Para este temos dado e daremos o nosso esforço, como é nosso dever. Patrocínio, com várias possibilidades para progredir, não poder ficar preso, manietado, a uma vida vegetativa e lenta. Procedendo sem saltos, mas continuamente, em breve alcançará o lugar que merece.” (**Os grifos são meus**) (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 737 – 21/08/1927)

Os anos que compõem a Primeira República, representam para Patrocínio um período de relativa prosperidade e algumas importantes conquistas para a cidade. A elite política, composta por membros da oligarquia rural e liderada pelo influente Coronel Honorato Martins Borges conseguem elevá-la ao nível de uma das mais importantes cidades do Triângulo Mineiro no período (dentre outras como Uberaba, Araguari, Araxá, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberlândia).

O Grupo Escolar Honorato Borges, criado em 1912, representa um dos ícones representativos do desejo da elite oligárquica local de inserir Patrocínio numa nova ordem, tão propagada e defendida pelos ideais republicanos e positivistas, tão caros ao Brasil no decorrer da Primeira República. Isso se percebe através dos discursos presentes no jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, defensores de uma nova posição para a cidade de Patrocínio dentre as de maior destaque do Estado. Em outras palavras, a construção de um novo prédio para o Grupo Escolar em Patrocínio equivaleria a uma tentativa de modernização do ensino primário na cidade, aliada à instalação dos colégios Dom Lustosa e Nossa Senhora do Patrocínio. Por outro lado, fortaleceria, de certa forma, o interesse de sustentar a alfabetização; a fim de consolidar o sistema eleitoral.

A escola, materialização do processo de sistematização da educação pública primária em Patrocínio, insere-se num contexto maior, do projeto cultural do governo republicano, de tornar a educação pública um dos sustentáculos do progresso nacional.

Possibilitando algumas condições necessárias para situar, finalmente, o país entre as mais avançadas do mundo. Para isso, era necessário, indubitavelmente, um projeto nacional de instrução pública, aliando as mais modernas concepções pedagógicas do mundo contemporâneo, com os mais modernos métodos de ensino existentes na época.

Os Grupos Escolares representavam o que de mais moderno acreditava-se existir no momento. Os mesmos expressavam a opção mais bem sucedida de concentrar em um único prédio, considerado monumento no interior do universo urbano, diversas etapas do ensino primário, facilitando, inclusive, o trabalho de fiscalização realizado pela inspetoria de ensino.

O Grupo Escolar Honorato Borges, dessa forma, simboliza, no interior da urbe patrocínense, a chegada da modernidade à cidade, inserindo-a, finalmente, no que mais avançado acreditava-se existir em termos de instrução primária. Simultaneamente, contribuía para a efetivação dos valores defendidos pelo movimento positivista republicano, de incutir, na sociedade brasileira, os ideais da escola pública, laica e universal. Assim, a presença de um Grupo Escolar, em Patrocínio, passaria a contribuir para a luta da sociedade brasileira contra o analfabetismo, tão presente na realidade educacional brasileira do início do século XX.

2. A QUESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA REPÚBLICA VELHA

O presente capítulo tem a intenção de estabelecer uma discussão teórica em torno do projeto republicano mineiro voltado para a educação, empreendida destacadamente através de determinadas ações do governo estadual. A análise contemplará sobretudo o estudo das principais reformas relacionadas à educação pública, implantadas no Estado ao longo da Primeira República: João Pinheiro (1906) e Francisco Campos (1927 / 1928).

A partir deste momento, torna-se relevante o aprofundamento da análise de um dos principais pontos concernente sobretudo à Reforma João Pinheiro: a implementação das escolas reunidas ou os conhecidos grupos escolares (considerados modelos capazes de estabelecer definitivamente uma reviravolta em termos de arquitetura, organização do tempo e do espaço, procedimentos pedagógicos; enfim, uma tentativa de estabelecer um plano de modernização da escola pública).

Como já foi discutido no primeiro capítulo, Minas Gerais se insere num movimento marcado pelo “espírito republicano”, pelo menos idealizado. Desse modo, o desejo estabelecido é o da busca de uma modernização dos serviços mantidos pelo Estado, inclusive o da educação. Apesar de a propaganda republicana se estender pelo Brasil desde a época do Império, a Proclamação de 1889 se deu de forma inesperada e abrupta, até mesmo diante dos mais otimistas republicanos.

Com a mudança de regime, inúmeros problemas de adaptação burocrática e estatal surgiram. Com isso, a questão educacional demorou alguns anos para ser debatida a nível estadual, pois aguardava-se, inclusive, as diretrizes de uma reforma nacional do ensino. Por isso, a escolarização manifestou-se como uma das mais sérias problemáticas em relação ao

estabelecimento da nacionalidade brasileira, tão cara a determinados espíritos da liderança republicana.

Evidentemente, tivemos inúmeras reformas educacionais do ensino estabelecidas durante a República Velha, tanto a nível nacional como a nível de Minas Gerais. Em termos estaduais, poderíamos citar algumas mais relevantes, por exemplo: a primeira a ser estabelecida, três anos após a Proclamação, é a reforma Afonso Pena (lei nº 41 de 03 de agosto de 1892), realizando uma reestruturação do ensino em seus mais diversos níveis, voltada mais para a descentralização dos procedimentos burocráticos (criação de órgão técnico voltado para o estudo de métodos e processos pedagógicos; empreendimentos da inspetoria responsável pela fiscalização das escolas do interior, dentre outros procedimentos práticos).

Uma outra reforma de destaque é a João Pinheiro (1906), considerada, neste trabalho, marco histórico para a consecução do projeto republicano de educação. Neste sentido, será dado um enfoque especial para a mesma, ao ser objeto de aprofundamento do primeiro item deste capítulo. A justificativa desta escolha se baseia na preponderância da grande novidade da reforma em questão, que consiste no estabelecimento dos grupos escolares. Estes são escolas consideradas capazes de reunir num só prédio escolas isoladas, bem como permitir uma tentativa de organização do ensino primário em Minas Gerais, acompanhando inclusive o avanço de determinados países europeus, bem como São Paulo (estado pioneiro na implantação dos grupos escolares no Brasil, através da Reforma de Ensino de 1892).

Os Grupos Escolares se tornaram a expressão máxima do modelo educacional proposto pelo regime republicano, encarnando e expressando a concepção de sociedade rumo ao progresso e ao estabelecimento da ordem republicana. A construção dos mesmos, num centro urbano, simbolizava a mudança qualitativa, a superação do velho, do arcaico.

Os grupos escolares serão abordados de forma mais aprofundada num próximo item deste capítulo, pois estas instituições específicas de ensino se manifestaram como um lugar pertencente à cidade, expressão maior da modernidade, onde os filhos da sociedade seriam (con)formados à nova ordem estabelecida. Para isso, seria imprescindível a formação moral, física, intelectual e cívica do indivíduo, num processo considerado necessário para o exercício da cidadania.

Após a implantação dos grupos escolares em Minas Gerais, através da Reforma João Pinheiro (1906), várias outras medidas foram tomadas durante os diversos períodos dos governos estaduais, dando prosseguimento aos processos de escolarização do Estado. No

entanto, a intenção deste trabalho não é o aprofundamento das mesmas, pois há a opção de abordagem dos dois maiores marcos considerados, pertinentes para o objeto específico desta pesquisa: Reforma João Pinheiro (1906) e Reforma Francisco Campos (1927 / 1928).

Já nos últimos anos da década de 1930, a Reforma Francisco Campos representará outro relevante marco histórico, pois a mesma se manifesta como mudança nos rumos da escolarização, até então em andamento no Estado de Minas Gerais. Por isso, a abordagem aprofundada desta reforma também se faz necessária, pois começa a haver os primeiros indícios da influência do ideário escolanovista sobre o ensino dos diversos estados brasileiros, em especial, Minas Gerais. Dessa forma, a reforma mineira em questão denota ou evidencia uma tendência simultaneamente reformista e remodeladora, promovendo uma reorientação do processo de escolarização mineiro.

2.1. Reforma João Pinheiro (1906): a escola como instituição civilizatória

Com a intenção de promover os ideais republicanos, no que se refere à educação, e ingressar de maneira mais efetiva nos novos rumos da política nacional, relacionados à tentativa de se consolidar a ordem republicana, Minas Gerais se ocupará de algumas reformas estruturais, consideradas necessárias para a adequação do estado frente às urgências oriundas da ordem estabelecida politicamente. Por outro lado, no esforço de estimular e buscar um crescimento econômico voltado para a garantia da efetivação do processo de modernização, Minas Gerais promoverá reformas de destaque perante o cenário nacional, destacadamente a nível educacional. O governo mineiro preocupa-se em manter-se hegemônico nas diretrizes políticas nacionais e, para isso, busca um respaldo na tentativa de organização da rede estadual de ensino, através da promoção da escolarização.

Dentre estas reformas educacionais de destaque, promovidas ao longo da República Velha, uma das mais importantes é a promovida por João Pinheiro (1860 – 1908), durante seu governo estadual (exercido no ano de 1890 e, posteriormente, entre 1906 e 1908), através da lei n.º 439, de 28 de setembro de 1906. Essa relevância se deduz do fato de que a mesma se efetivará buscando a superação das péssimas condições em que o ensino público mineiro era ministrado até então. Inúmeros relatos de secretários, como Henrique Diniz (em 1897) e outras autoridades ligadas ao ensino, atestam a precariedade e a fragilidade das condições em que o ensino vinha sendo promovido.

Na verdade, se realmente houvesse o desejo de levar adiante o projeto civilizatório, tão desejado pelos republicanos, uma das maiores aspirações necessárias para a

consolidação do civismo e da civilidade, da educação em geral, estaria relacionada à organização do ensino público.

A necessidade atestada de superação da pobreza da rede de ensino seria buscada pela tentativa de oferecer uma estrutura que melhores condições permitiria para o controle efetivo do Estado sobre as atividades desenvolvidas no interior da sociedade. No caso específico da educação, a fim de permitir o desenvolvimento e a integração com o mundo do trabalho, alguns pontos se tornaram cruciais, conforme Delfim Moreira, quando secretário dos Negócios do Interior: buscava-se o combate ao analfabetismo, considerado o maior obstáculo da educação em Minas Gerais e no Brasil; do investimento na formação dos professores; da expansão fortalecida da rede pública de ensino; da fiscalização constante e gradativa por parte do Estado; da ênfase no método, no currículo escolar, bem como da estrutura física das escolas; da higienização dos ambientes e dos corpos; e de uma boa organização dos recursos financeiros, disponibilizados para o processo educacional.

Ao se tornar líder político do Estado de Minas, João Pinheiro tinha o claro e evidente interesse de promover a modernização do ensino, a fim de garantir o cumprimento dos ideais propostos pelas suas matrizes teórico-políticas, sob influência do republicanismo e do positivismo. Assim,

A proposta de João Pinheiro pretendia ser uma intervenção na reconstrução de uma identidade maculada pelo escravismo. Os nossos trabalhadores desconheciam o valor do trabalho, eram despreparados para a sociedade livre, e, como estavam, seriam incapazes de integrar o projeto modernizador. Daí a centralidade da educação. Tratava-se da mudança de uma tradição escravista, iniciada nas relações de trabalho da mineração, para um sistema de trabalho livre na agricultura, com o conhecimento e o uso racional dos recursos naturais por trabalhadores treinados adequadamente. (BOMENY, 1994: 149 – 150)

Em outras palavras, responsável pelas diretrizes políticas do estado, João Pinheiro buscava a consecução de determinadas ações com o intuito de promover uma ampla reforma estrutural, a partir da própria estrutura em vigor no estado. Isso se percebe quando da transição do regime monárquico para o regime republicano, pois

A transição republicana, o realinhamento das forças estaduais e, dentro de Minas, a articulação negociada entre facções de uma oligarquia em confronto permitiram a entrada do estado mineiro no cenário político nacional. A mudança da capital, discussão remota, ganha força de legitimidade no projeto de modernização do estado, e principalmente, na sua unificação. A mudança da capital da velha Ouro Preto para a planejada Belo Horizonte, em 1889, faz da Minas dividida, a Minas preparada para os novos tempos republicanos. E é naquele ambiente urbano e intelectual que se abrigará três décadas depois a geração de Drummond. Belo Horizonte é uma cidade que nasce “filha única da República”, sendo construída sob os auspícios e a força de um projeto “positivista” de ampliação e higienização do espaço urbano. Já está ali, no momento de sua concepção, um ator político, o

“modernista de final de século”, João Pinheiro, personagem que retornará ao final não mais como ator, mas como autor de um projeto político-educacional expressivo que disputará com outro a permanência no estado e no país. A liderança política de João Pinheiro é parte integrante do processo de unificação de Minas, e o projeto educacional que implementa no estado permanece na memória da educação nacional como alternativa a ser explorada. (BOMENY, 1994: 24 – 25)

A modernização proposta por João Pinheiro se sustentava em três grandes critérios por ele definidos como prioritários, pois desses dependiam todo o restante da estrutura: sempre a elite de uma unidade federativa deve corroborar e apoiar um projeto de desenvolvimento de qualquer setor da sociedade. Sem o apoio da elite, nada pode ser consumado em termos de reforma; a agricultura é considerada a maior bússola de sucesso ou insucesso do desenvolvimento econômico, pois é responsável pela sustentação básica da estrutura; além do mais, há uma forte interdependência entre a racionalização, a qualificação para o trabalho e o desenvolvimento econômico. O país começa a ensaiar sua industrialização, e conseqüente urbanização, com a necessidade de promoção de uma reeducação dos espaços, da higienização, enfim, de toda uma mudança de comportamento social, base de qualquer outra reforma. Portanto, torna-se evidente a necessidade de um repensar da estrutura de formação dos cidadãos trabalhadores e da elite pensante, componentes de uma sociedade coesa e integrada. Dessa forma,

O final do século passado assistia ao movimento de parte da elite brasileira mobilizada pelas causas da degradação moral da população, da degradação física dos espaços urbanos, da expansão e descontrole das doenças públicas, morais e biológicas. Os projetos de engenharia política de saneamento da população, de ampliação de espaços urbanos, de reformas, vinham ao encontro da reordenação política do país, segundo normas “civilizadoras” de higienização da sociedade civil. A mescla com os negros ajudava muito a fortalecer os preconceitos racistas e as propostas de “branqueamento” da sociedade como solução higienizadora. Havia muito mais, no entanto. Mesmo a sociedade dos brancos mostrava-se despreparada técnica, profissional e moralmente para construir o Brasil republicano. Com toda a ambigüidade de que não se separa ao longo de sua vida pública, entre credo liberal e prática excludentes, João Pinheiro mantinha como bússola de argumentação a urgente necessidade de criar elos entre o cidadão e a sociedade, e o elo fundamental seria respondido com o trabalho livre e educação. Os desafios que o mundo do mercado impõe ao indivíduo estimulam nele a vontade de se aperfeiçoar, de melhorar passo a passo sua posição no conjunto da sociedade. Com indivíduos melhores e mais preparados, provavelmente teríamos um Estado mais fortalecido e uma nação dignificada. Neste particular, João Pinheiro está finalmente vinculado à tradição fortemente desenvolvida no século XIX que tem na educação via segura de realização do progresso. (BOMENY, 1994: 162)

Por outras vias, o projeto inovador político de João Pinheiro passava necessariamente pelos pressupostos defendidos pelo liberalismo, baseados na formação do indivíduo capacitado para o trabalho especializado, bem como para o exercício dos deveres de cidadão. Além do mais, perpassa pelo respeito aos direitos individuais, da liberdade de

expressão e do direito ao exercício da propriedade particular, do direito de escolha da própria profissão e no dever de contribuir para o equilíbrio da sociedade.

Enfim, acreditava ser extremamente necessária a formação do homem, membro de uma nação, que buscava a manutenção das forças sociais, a fim de programar e garantir a ordem social já estabelecida. O importante é reformar para manter, pois sempre a ordem depende da manutenção do progresso. Desse modo, estaria garantida a possibilidade do cidadão, através do seu trabalho, do seu exercício, garantir a dinâmica social e econômica e satisfazer as necessidades do país, incluindo-o na nova divisão do trabalho internacional, voltado para a valorização da indústria. Portanto,

O projeto João Pinheiro tinha na utopia liberal americana reforço permanente à argumentação. O ideal de uma sociedade de pequenos proprietários, de agricultura racionalizada segundo técnicas produtivas modernas, o que vale dizer, agricultura capitalizada de forma a fixar o agricultor na terra; e defesa do ensino livre precursor de uma sociedade de mercado emergente; a secularização do ensino e a defesa da religiosidade como princípio integrativo da nacionalidade; a defesa da educação básica e gratuita, orientada segundo padrões liberais de desenvolvimento dos indivíduos para uma sociedade formada segundo regras de divisão social do trabalho, este conjunto de princípios compunha a agenda do presidente de Minas Gerais no início do século. (BOMENY, 1994: 165)

Em menos de um mês após sua posse, João Pinheiro realiza uma ampla reforma do ensino primário e do ensino normal, já com a preocupação de adaptar a realidade do ensino do estado de Minas aos interesses de sua concepção de sociedade e de política. Dentre as diversas modificações e propostas da reforma, levadas adiante, destacam-se: a maior fiscalização do ensino através dos inspetores escolares; a introdução de componentes curriculares ligados ao ensino da agricultura; melhorias na formação dos futuros professores; criação de um espaço próprio para a atividade da instrução, agrupando todas as escolas antes isoladas em um só prédio, os chamados “Grupos Escolares” ou Escolas Agrupadas.

Este último detalhe da reforma tem como inspiração a reforma realizada em São Paulo, a Caetano de Campos, de 1892, pouco depois da Proclamação da República. A Reforma Caetano de Campos é considerada inovadora no país, pois é precursora na expansão do modelo dos grupos escolares. Todos os demais estados brasileiros se inspiraram na reforma paulista, ao tentar implantar em seus respectivos territórios a proposta das escolas reunidas num só prédio, a fim de facilitar a promoção da reestruturação escolar, sobretudo a do ensino primário.

Dentre desses pressupostos, a reforma proposta por João Pinheiro, Minas Gerais, permitiu que houvesse um ensaio no sentido de promoção da escolarização, pois com a

reforma mineira de 1906, “a escola ganhou notável centralidade, sendo conformada, já nos ordenamentos legais, como o lugar específico para uma educação específica – “o desenvolvimento da educação popular sob o tríplice aspecto físico, intelectual e moral””. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 38) Neste sentido, acreditava-se que através da escolarização, as mudanças relativas a todo o universo social, finalmente seriam possíveis. O desenvolvimento individual das capacidades física, intelectual e moral permitiria, por consequência, o desenvolvimento de toda a sociedade mineira e brasileira.

A intenção era que os grupos escolares fossem expandidos, implantados e fortalecidos em todo o Estado de Minas Gerais, tentando superar definitivamente o modelo arcaico das escolas isoladas, consideradas incapazes de promover um ensino de qualidade.

O programa proposto pela Reforma João Pinheiro e a ser incorporada pelas escolas mineiras incluía os estudos de “Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos”. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 38)

Com isso,

A educação primária em Minas Gerais experimentou, após a reforma de ensino de 1906, um processo de racionalização que atingiu tanto a definição, a divisão e o controle dos espaços e dos tempos escolares quanto os processos e os métodos de ensino, impondo, com isso, normas disciplinares sobre os professores e, notadamente, sobre os (as) alunos (as). Essa racionalização não pretendia diminuir a abrangência da educação, mas ao contrário visava dar conta de suas tarefas cada vez mais amplas e complexas. A escola se racionalizava justamente porque tinha como finalidade última racionalizar o conjunto do social. Deslocava-se de uma escola em que o conhecimento escolarizado se confundia com o conhecimento da própria população e que não tinha a preocupação com mudança de hábitos, costumes, sensibilidades, para uma escola que se queria instrumento e mecanismo exatamente dessa mudança. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 43)

O novo padrão imposto através da expansão e consolidação dos Grupos Escolares exigia uma organização baseada numa inédita divisão do trabalho pedagógico. Percebe-se a presença de uma fiscalização permanente do ensino através da inspetoria, bem como a execução de um programa de ensino legalmente estipulado. Além do mais, pensava-se também na necessidade de estimular a permanência do aluno no interior da escola.

O processo de modernização do ensino levado adiante pelo então Presidente do Estado, João Pinheiro, não significou necessariamente a superação das péssimas condições de ensino, que anteriormente vigoravam no contexto estadual. Inclusive, quando ainda não havia sido implantado o modelo dos Grupos Escolares, as escolas isoladas eram uma regra geral e, consequentemente, não existia um modelo consolidado de ensino primário. As condições de

ensino eram muito restritas e dependentes da conduta pessoal ou individual dos professores. Neste sentido,

Ler, escrever e contar eram as preocupações centrais do ensino nessas escolas. Dos(as) professores(as) que nelas ensinavam eram exigidas, como elementos fundamentais de sua competência, a capacidade de ensinar e a idoneidade moral. Nesse contexto, o conhecimento escolarizado era o conhecimento do(a) professor(a), que em muito confundia-se com a própria cultura da população, da qual ele(a) era oriundo(a) e participante. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 34)

A partir dessas colocações, o antigo modelo era considerado pernicioso para o projeto de escolarização implantado no decorrer da República Velha em Minas, pois não havia uma diretriz eficiente e universal que servisse de modelo para todas as escolas existentes até então. Assim,

Tais escolas passam a ser duramente criticadas pelos intelectuais e políticas republicanas pela sua inoperância e precariedade, pela ignorância dos(as) professores(as) e, ainda, pela falta de controle do Estado sobre elas, registra o autor. São paulatinamente representadas como um estorvo a ser removido. [...] A idéia de reuni-las em um só prédio, com nova organização, ganha força e adeptos. Revelando as influências que circulavam entre os agentes da instrução pública, o Secretário Wenceslaw Braz chama a atenção para o fato de que os Grupos Escolares já eram adotados pelas nações “mais cultas do velho e novo mundo”, e por alguns Estados da República, como era o caso de São Paulo. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 35)

Escolas isoladas continuavam a ser construídas, bem como um parte maciça da população permanecia fora das escolas e, conseqüentemente, continuavam analfabetas. O povo, em geral, ainda não via na escolarização uma possibilidade de ascensão social ou até mesmo uma real necessidade para a sua integração no meio social.

As dificuldades encontradas no exercício do ensino eram inúmeras, obstruindo a plena realização da educação escolar popular. Só porque houve a implantação do modelo dos grupos escolares (através da Reforma João Pinheiro, em 1906), isso não significaria, por outro lado, a superação completa das precárias condições de ensino. Percebe-se que a educação, apesar de ser alvo de amplas reformas estruturais, na prática, não conseguiria efetivamente realizar as tão sonhadas mudanças previstas legalmente. Assim,

Até então, os professores, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas, onde se reuniam crianças das quatro classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para esses próprios mestres que teriam que redobrar esforços para manter em atividade todos os alunos, sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com todas essas divisões. Ainda que empregassem auxiliares ou utilizassem os próprios alunos mais adiantados para dirigirem os das primeiras classes, tal como se fazia no tempo do Império e mesma na República, a eficiência da aula muito deixava a desejar. (MOURÃO, 1962: 93)

Mesmo com o fato de ocorrer uma defesa da modernização da escola, que atenda aos interesses do Estado em oferecer uma formação básica e eficiente para a população, preocupada em proporcionar uma profissionalização das crianças, denotava uma característica singular do modelo liberal, voltado para a preparação de mão-de-obra especializada, pronta para inseri-los na prática do trabalho.

Os Grupos Escolares também foram implantados no Estado de Minas Gerais expressando a intenção de permitir às crianças das camadas sociais mais empobrecidas a oportunidade de se tornarem trabalhadores instruídos e qualificados, representando talvez a única alternativa no interior do sistema capitalista de relações sociais. Isso não significa, por outro lado, a tentativa de se superar as desigualdades sociais, econômicas, mas consolidar uma sociedade em que a mão-de-obra fosse alvo de uma política de formação, não só profissional, mas também política. Neste intuito,

Essa referência à necessidade de dar uma profissão aos alunos é mais uma indicação reveladora de que um dos propósitos centrais da reforma de Ensino Primário era atingir as crianças oriundas de famílias economicamente empobrecidas. A escola foi produzida com uma possibilidade de prepará-las para sua inserção nas práticas de trabalho, talvez como única alternativa que se colocava para elas. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 41)

Como todo processo de mudança, esse período de reformulação do ensino público em Minas Gerais não de todo harmônico e consensual. A imposição do novo papel social da educação escolar foi introjetado em meio a tensões, na relação com outros sujeitos sociais. A adesão da população não se demonstrou imediata e, nem mesmo convicta imediatamente, pois nem sempre as ações praticadas pelo Estado são acompanhadas simultaneamente pelas outras instâncias da sociedade. Assim,

Num movimento que contou com a participação não apenas dos profissionais ligados ao cotidiano escolar, mas do conjunto daqueles implicados na produção e legitimação política e cultural de uma nova cultura escolar em Minas Gerais nas primeiras décadas deste século, a criança como sujeito sócio-histórico (como sujeito participante e portador de uma cultura, de sensibilidades e valores próprios, possuidor e continuador de uma tradição e/ou sujeito que deseja e busca em razão não de uma agência de ensino, a escola, mas do sentido de sua própria vida) passa a ser cada vez mais destituída de sentido e qualidade, dando lugar e apenas um sujeito que conhece, ou melhor, que aprende a conhecer. (FARIA FILHO e VAGO, 2000: 42)

A intenção da reforma foi a de realizar a consolidação do processo civilizatório das populações pobres, bem como inserir Minas nos parâmetros da modernidade. O processo de escolarização levado adiante, através da Reforma João Pinheiro, deve ser compreendido

levando-se em conta a inserção do mesmo no processo de urbanização. Isso se dá na compreensão de como esse processo contribuiria na formação de um universo de idéias, bem como de comportamentos, ou até mesmo na consecução de espaços físicos, símbolos e instrumentos da formação de uma sociedade melhor estruturada e reformulada, para atender às necessidades impostas pelo novo regime republicano.

Minas Gerais experimentou, através da Reforma João Pinheiro (1906), um processo de busca da racionalização da educação escolar, preocupada em reformular diversos aspectos do ensino, atingindo vários aspectos do mesmo: a concepção, a organização e o domínio dos ambientes e da temporalidade escolar; além do mais, houve também uma interferência no que se refere às concepções relativas ao currículo ministrado nas escolas, bem como o método pedagógico adotado nas mesmas; conseqüentemente, houve também uma preocupação com as normas disciplinares vigentes, sobre os professores, por um lado; e, por outro, e com maior ênfase, sobre os alunos.

Todo esse processo de racionalização do ensino em Minas Gerais buscava resgatar o verdadeiro papel da educação, segundo os ideais republicanos e liberais. As tarefas a serem assumidas pela educação escolar se tornavam, gradativa e continuamente mais complexas. A racionalização da escola se fazia necessária e urgente, pois justamente a escola era considerada a instância capaz de racionalizar o universo social existente em Minas Gerais e adequá-la ao projeto nacional de civilização. Assim, buscava-se a conversão de uma escola estritamente ligada ao comodismo social para outra, capaz de promover reais e efetivas mudanças no universo social.

Havia também a preocupação de provocar a superação do modelo abstrato e alienado de um ensino abstrato, desvinculada da realidade prática, para outro comprometido com as reais necessidades da sociedade, sobretudo voltada para o mundo do trabalho. Os alunos e alunas seriam o princípio, o processo e o instrumento da promoção de uma educação aliada à utopia republicana de modernização.

O ingresso das crianças, sobretudo oriundas das classes sociais menos favorecidas ao mundo do trabalho, seria possível graças a uma educação do corpo, garantida através do ensino nos grupos escolares, considerado o modelo capacitado para o mesmo. Por isso, a escola agrupada é compreendida como a possibilidade de se realizar uma verdadeira inserção dos alunos no universo social.

2.2. Implementação dos Grupos Escolares: expressão educacional do Republicanismo

Como dito anteriormente, o maior feito da Reforma João Pinheiro (1906) para a rede de ensino público do Estado de Minas Gerais pode ser resumido no fato de ter implantado o modelo dos Grupos Escolares como forma considerada mais adequada para a realização da modernização do processo de escolarização do estado.

Minas Gerais tinha o interesse de estar acompanhando as tendências nacionais, relativas à reestruturação da rede de ensino, sobretudo primário. Por ser considerado um dos principais Estados da Federação Republicana, também efetuará esforços no sentido de programar a escolarização pública em conciliação com os ideais republicanos, positivistas e liberais, personificados através dos grupos escolares. Por isso,

Apesar de posto desde a segunda do século XVIII, o debate em torno da constituição de espaços dedicados ao ensino e da fixação de tempos de permanência na escola teria que esperar até meados da última década do século XIX, primeiro em São Paulo e, depois, em vários estados brasileiros, para assumir a forma mais acabada da proposta dos grupos escolares. Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000: 24)

Minas Gerais se destaca pelo seu potencial econômico e, sobretudo, pela sua presença marcante nas questões políticas nacionais. Ao lado do Estado de São Paulo, domina hegemonicamente o cenário das eleições nacionais. A fim de manter essa hegemonia e, simultaneamente, promover a modernização das instituições sociais, com o intuito de consolidar-se nacionalmente, Minas Gerais efetuará de forma gradativa a busca de uma disseminação da escola pública em seu território. Assim,

A transição republicana, o realinhamento das forças estaduais e, dentro de Minas, a articulação negociada entre facções de uma oligarquia em confronto permitiram a entrada do estado mineiro no cenário político nacional. A mudança da capital, discussão remota, ganha força de legitimidade no projeto de modernização do estado, e principalmente, na sua unificação. A mudança da capital da velha Ouro Preto para a planejada Belo Horizonte, em 1889, faz da Minas dividida, a Minas preparada para os novos tempos republicanos. E é naquele ambiente urbano e intelectual que se abrigará três décadas depois a geração de Drummond. Belo Horizonte é uma cidade que nasce “filha única da República”, sendo construída sob os auspícios e a força de um projeto “positivista” de ampliação e higienização do espaço urbano. Já está ali, no momento de sua concepção, um ator político, o “modernista de final de século”, João Pinheiro, personagem que retornará ao final não mais como ator, mas como autor de um projeto político-educacional expressivo que disputará com outro a permanência no estado e no país. A liderança política de João Pinheiro é parte integrante do processo de unificação de Minas, e o projeto educacional que implementa no estado permanece na memória da educação nacional como alternativa a ser explorada. (BOMENY, 1994: 24 – 25)

Minas, em seus esforços pela efetivação da escolarização pública, evidencia a importância dada a esse componente da estrutura social, bem como a consolidação dos ideais liberais na formação individual. A sociedade somente se consolidaria através dos esforços voltados para a reestruturação de todo o processo civilizatório. Contudo, certamente, este processo de civilização somente seria possível através da implementação de um novo modelo escolar, capaz de encerrar todo o interesse de uma racionalização do processo ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os órgãos estatais, em franca expansão e consolidação, tornaram-se gradativamente a principal origem do conhecimento a respeito do conjunto do serviço da instrução. É evidente que a burocracia estatal se torna condição essencial para o projeto republicano de promoção de uma ampla reforma social, baseada num processo de expansão dos grupos escolares. Assim,

Os grupos escolares resultam de uma concepção adquirida no decorrer do andamento da escolarização que buscou imprimir racionalização à educação escolar, abarcando várias dimensões: a) os sujeitos (professor e aluno), imediatamente envolvidos no processo pedagógico-escolar, se estabelecem em posições diferenciadas; triunfa o ensino simultâneo a ser exercido pelo *professor*, porém com *alunos* homogêneos, em oposição à heterogeneidade dos mesmos que estruturava o ensino mútuo; b) é o tempo da ênfase na intuição como faculdade capaz de revelar o caminho metodológico para o ensino e para a aprendizagem, anteriormente à emergência dos métodos ativos; c) é o tempo, no Brasil, da emergência de uma organização espacial diferenciada, expressa em edifícios arquitetonicamente expressivos, qualificados como *palácios* em Minas Gerais e em Goiás; d) é o tempo da centralidade da inspeção escolar e de seu papel fiscalizador do andamento pedagógico-escolar. (ARAÚJO, 2005: 01)

O fenômeno de criação dos Grupos Escolares não consiste num evento aleatório ou desvinculado de um contexto educacional maior. Na verdade, a implantação dos Grupos Escolares, coincidentemente, manifesta-se de maneira paralela e inter-relacional com a escolarização do social, a fim de buscar a racionalização do ensino público em Minas Gerais.

Focalizar a política educacional levada adiante no período da República Velha obriga, necessariamente, a pensá-la como parte de um projeto maior, como um movimento a favor da universalização da escola primária. Todo o universo social, sobretudo o urbano, encontra-se mobilizada em torno do processo de escolarização. Assim,

[...] a legislação escolar e as reformas dos serviços de instrução funcionaram, ao longo do século XIX e XX, em Minas Gerais, como conteúdo e forma a partir dos quais setores, os mais importantes da nossa intelectualidade e elite política, buscaram apreender e dar inteligibilidade à escolarização, tomando como base as noções de civilização, ordem e progresso. (FARIA FILHO, 2003: 83)

Com a influência do cientificismo positivista, ou seja, da crença no poder absoluto da razão, bem como da eficácia do conhecimento científico acerca da sociedade, a educação obtém lugar de destaque como elemento (con)formador dos indivíduos, vinculada à cidadania. Acredita-se que a reforma da sociedade seja imprescindível para o bom andamento da história humana, levando o progresso à ordem social.

A escolarização, através da implementação dos grupos escolares, está incluída num projeto civilizatório mais amplo, de acordo com o desenvolvimento gradativo e contínuo da sociedade. E a educação é considerada um processo civilizatório capaz de pôr em prática o almejado projeto tanto político como social para Minas Gerais. Assim, a escola pública emerge com uma dupla função: ser veículo difusor dos ideais republicanos e garantir a manutenção da ordem, evoluindo de maneira progressiva. Além do mais,

Os reformadores acreditavam na imprescindibilidade da formação dos professores para a renovação da escola pública. Essa renovação era concebida especialmente em termos da adoção de novos processos de ensino consubstanciados no método intuitivo. A ênfase dada à formação prática como base para a aprendizagem dos métodos modernos de ensino e experimentação dos alunos-mestres da Escola Normal. Essa escola foi considerada a base da reforma da instrução pública. (SOUZA, 1998: 40)

Simultaneamente, há um estímulo ao processo de profissionalização do ensino, buscando a superação lastimável anterior, caracterizada pela ausência de uma classe harmoniosa ou padronizada do magistério. Conseqüente à profissionalização do magistério, o professor seria um agente capaz de estimular com maior eficácia o processo didático escolar, seguindo métodos elaborados com o intuito de consolidar o ensino. Seria possível o desenvolvimento de uma nova identidade para a figura profissional do professor. Este, obtendo uma identidade profissional, passaria a ser mais valorizado pela sua atividade do magistério.

Há também o surgimento de um sujeito, no interior das instituições escolares agrupadas, o diretor. A figura administrativa centrada na pessoa do diretor possibilitaria, como pode ser percebido, a consecução de toda uma estrutura burocrático-administrativa no interior da escola. Este fato, além de inovador, contribui para aprimorar o sentido de organicidade, dando sentido à estrutura social exterior à escola. Através do diretor, além da organização burocrática e administrativa, seria possível destacar as relações de poder, dando sentido à concepção de autoridade. Por outro lado, a valorização dada à autoridade e à figura do diretor, teve como conseqüências mais imediatas a perda da autonomia do professor, tornando-o também submisso às diretrizes impostas pelo diretor do grupo escolar. Assim,

além do trabalho fiscalizador realizado pelos inspetores de ensino, havia agora também a presença do diretor no interior da escola, centralizando as decisões mais importantes para o andamento do processo de ensino-aprendizagem, bem como para as decisões administrativas. Com isso,

A valorização social do professor e o início da profissionalização do magistério primário constituem dois aspectos significativos das transformações educacionais verificadas no final do século XIX, no Estado de São Paulo. A importância dada à educação popular nesse período propiciou a constituição de representações sobre a profissão docente nas quais o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica. Era pelo professor que se poderia reformar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública. (SOUZA, 1998: 61)

Sumariamente, ao professor seria atribuída a nobre missão de assumir parte relevante da educação pública, contribuindo para o processo civilizatório da sociedade, auxiliando-a na consolidação do conhecimento. Além de se efetivar como profissional na execução do magistério, o professor seria o intermédio através do qual o processo de reforma efetuar-se-ia. Além do mais, sua atividade seria equiparada à de uma missão, considerada nobre, de fornecer os elementos capazes de levar o povo ao mais alto grau de desenvolvimento cultural. Neste sentido, de certa forma, através da implementação dos grupos escolares no Brasil e, em específico, em Minas Gerais, o exercício do magistério passaria a ser visto com maior seriedade pela sociedade. E assim,

O exercício da docência no grupo escolar foi disputado pelos professores públicos por vários motivos: os grupos escolares ofereciam melhores salários e melhores condições de trabalho; além disso, eram considerados escolas de qualidade e de grande prestígio social que estendia ao corpo docente. Localizados nos centros urbanos eram ainda mais atrativos que as escolas isoladas. Para muitos professores, especialmente as mulheres, trabalhar no grupo escolar significava o máximo da ascensão na carreira do magistério, dado que os cargos superiores estavam reservados ao sexo masculino. (SOUZA, 1998: 73)

A implementação dos Grupos Escolares representa ainda a criação de uma nova cultura escolar nos centros urbanos, ao expressar íntima ligação com o processo de modernização, da busca de superação das condições anteriores do ensino público. A escola, na forma específica dos grupos escolares, finalmente, passaria a ocupar lugar de destaque no espaço urbano. Dessa forma,

Apesar de posto desde a segunda do século XVIII, o debate em torno da constituição de espaços dedicados ao ensino e da fixação de tempos de permanência na escola teria que esperar até meados da última década do século XIX, primeiro em São Paulo e, depois, em vários estados brasileiros, para assumir a forma mais acabada da proposta dos grupos escolares. Neles, e por meio deles, os republicanos

buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000: 24)

Os Grupos Escolares também são conhecidos como escolas-monumentos e confirmam o interesse do republicanismo, ao expor a escola agrupada como lugar de civilização e louvor à Pátria. Neste sentido, quase sempre, o grupo escolar ocupa geograficamente um lugar de destaque na paisagem urbana, denotando seu valor e sua importância, enquanto lugar primordial e destacado para o cultivo do saber. O aprimoramento do prédio escolar, através de arrojados projetos urbanísticos, valorizando a arquitetura escolar, será visto também como um eminente símbolo do papel da educação escolar para a consecução das reformas sociais como um todo. Por conseguinte,

A cultura escolar elaborada tendo como eixo articulador os grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se em referência básica para a organização seriada das classes, para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços e para o controle sistemático do trabalho das professoras, dentre outros aspectos. É, grosso modo, nesse e com referência a esse caldo de cultura que ainda hoje se elaboram as reflexões pedagógicas, mesmo aquelas que se representam, mais uma vez, como de costas para o passado e antecipadoras de um futuro grandioso. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000: 27)

Os grupos escolares tornam-se não só símbolos dos ideais republicanos no ambiente e espaço urbano, mas também o modelo, instrumentos fundamentais para a realização do projetado processo civilizatório, capaz de estabelecer uma nova lógica não só na educação escolar, mas também na própria educação pública. Em outras palavras, os grupos escolares representam as primeiras escolas de ensino primário de fato a utilizarem-se de padrões administrativos, de programas lecionados no cotidiano escolar, bem como do aproveitamento do espaço físico, buscando definições consideradas modernas, capazes de reformarem a fundo o modelo até então estabelecido. Em outras palavras, expressam a primeira tendência escolar, no Brasil, engajados com a tentativa de sistematização do ensino primário, baseada em princípios pedagógicos bem estabelecidos.

De maneira geral, no cenário urbano, os grupos escolares estavam sendo construídos e implantados na região central da cidade, evidenciando a importância atribuída ao aspecto arquitetônico escolar. Este, por sinal, representa toda uma concepção, muitas vezes subentendida, de que a escola deveria ser valorizada como prédio público, ocupando lugar de destaque dentre as diversas construções no complexo espaço da urbe. Assim, a intenção passou a ser resumida no interesse de reservar um lugar de destaque para que a magnitude e o

esplendor do prédio escolar estejam livres e visíveis para todos os cidadãos que compõem o universo social.

Através desta medida, o grupo escolar foi adotado como modelo mais propício para expressar e evidenciar os interesses embutidos no empreendimento estabelecido pelo ideário positivista e republicano, promovendo uma renovação na concepção dos ambientes escolares, bem como da questão cronológica dos processos pedagógicos. É a definição específica do espaço e do tempo escolar, de uma nova forma, que vinha obtendo reconhecimento desde fins do século XIX. Os grupos escolares sugerem um movimento de superação gradativa da organização do ensino público anterior, fornecendo uma nova roupagem. Neste sentido,

Esse movimento de afirmação de uma nova forma escolar, que vinha se dando desde meados do século XIX, produz, como seu símbolo mais acabado, os grupos escolares, cuja representação, nos documentos analisados, é construída em estreita relação com a forma de organização anterior da instrução pública – as escolas isoladas – , sugerindo sempre, através da utilização de um “esquema lógico” binário e polarizado, que o movimento se faz do “arcaico” para o “moderno”, do velho” para o “novo”, dos pardieiros para os palácios, ou ainda, que, nos grupos escolares, finalmente, a instrução e os diversos outros aspectos da educação contemporânea lograriam realizar-se numa única e autorizada instituição, num mesmo tempo e lugar, como educação escolar. (FARIA FILHO, 2000: 21)

O Grupo Escolar, conseqüentemente, passa a ser referência para a sociedade em termos de lugar definido e próprio para o ensino-aprendizagem. A educação escolar passa a se manifestar, visivelmente, como critério de aceitabilidade e distinção social, ajudando no estabelecimento de novas condições de organização social. Com o início da urbanização, a escola passa a relacionar-se e identificar-se com o movimento interno da própria cidade onde está localizada e em atividade. Por conseguinte, com a expansão do capitalismo, o grupo escolar entra em contato com a gestão e a forma específica de direcionar o trabalho, voltado para a produção econômica. Neste sentido, nas primeiras décadas do século XX,

Assim como a cidade, o grupo escolar impõe-se como cenário e cena, é estrutura e linguagem de uma cultura escolar que se quer afastada da “casa” e separada da “rua”. Uma das preocupações que observamos nas diretoras, nos inspetores e nas professoras, principalmente quando da reunião de escolas isoladas num espaço “adaptado”, era a dificuldade muitas vezes encontrada de se evitar que os alunos ficassem “soltos” à porta da escola e, ao mesmo tempo, de se impedir que “pessoas” estranhas à escola a ela adentrassem abruptamente. Junto a essa preocupação vinha, quase sempre, a cobrança de que se construísse o muro separando a escola da rua. Este, além de servir como proteção, serviria como impedimento à livre-circulação dos alunos. O muro configuraria, simbólica e materialmente, a delimitação de um espaço próprio, apartado da rua e que se auto-institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquela como lugar maléfico às crianças. (FARIA FILHO, 2000: 63)

Em suma, com a implantação dos grupos escolares, a preocupação se voltava também para a questão da delimitação dos espaços urbanos. Necessário se fazia a clara distinção entre os diversos prédios presentes na cidade, cada qual com suas funções, localização ou atribuições. Assim, a escola deveria ser bem distinguida das casas ou das ruas, pois encerra a honrosa missão de levar adiante o processo educacional, contribuindo para o aperfeiçoamento da cultura. Além do mais, preocupa-se com a preservação dos alunos, com o contato externo, com a presença indesejada de estranhos. A arquitetura escolar, imposta pelo modelo dos grupos escolares, prima pela reeducação dos corpos, valorizando a disciplina e a clara distinção de espaços. Portanto, a delimitação territorial do grupo escolar é considerada imprescindível para o bom andamento das atividades pedagógicas. Visto que,

(...) o agrupamento de classes, cada qual com seu professor, permitia um ensino simultâneo e não mais individualizado; uma nova organização espacial a exhibir beleza arquitetônica; uma nova sistematização do uso do tempo, o tempo do relógio que marcava a entrada e a saída dos alunos, as horas de aula, os recreios; a adoção de alguns princípios da pedagogia moderna, em especial o método intuitivo ou lições de coisas; a institucionalização dos saberes elementares, leitura, escrita, cálculo, noções rudimentares de ciências físicas e naturais e noções de educação moral e cívica, os saberes próprios da escola primária que visavam à educação integral, física, moral e intelectual; a administração racional praticada através de controle burocrático, inspeção, relatório, diários de classe, mapas de frequência; os rituais escolares tais como exames públicos, festas de encerramento do ano letivo, comemorações cívicas, tais são, em síntese, as características básicas dessas escolas graduadas. Seus alunos provinham de uma população heterogênea que incluía setores de classe média, profissionais liberais e também das camadas populares, filhos de trabalhadores urbanos mais bem inseridos no mercado de trabalho e filhos de imigrantes. (BUFFA e PINTO, 2002: 54)

A proposta escolar atribuída aos Grupos Escolares, ao longo do século XX, acabou se tornando referência maior para a constituição de escolas seriadas em classes autônomas, bem como a racionalizada utilização do tempo escolar e dos espaços onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem. Todas as realizações intrinsecamente envolvidas com o processo de educação escolar passaram por uma revisão e por uma reformulação. As atividades pedagógicas são agora mais elaboradas e voltadas para a formação sobretudo física, intelectual e moral dos alunos. Assim,

Nesse contexto, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos sociais), pretendidos pelas elites mineiras. Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade. (FARIA FILHO, 2000: 31)

Em outras palavras, a organização dos grupos escolares representa não só a busca da organização escolar, mas também uma reviravolta na própria escola, tornando-a forte instrumento estratégico na adaptação de costumes e hábitos, justificando as competências e alterando as metodologias colocadas em prática em seu espaço. Assim, o interesse era promover a renovação das representações sociais acerca da própria escola, reservando um espaço social mais considerável para a mesma.

2.3. Reforma Francisco Campos (1927/8): tentativas de modernização do ensino primário

Nos anos de 1920, outra reforma do ensino que também teve destaque no cenário educacional do Estado de Minas Gerais foi a Reforma Francisco Campos (1927 / 1928), promovida no decorrer da sua passagem pela Secretaria dos Negócios do Interior, durante o governo estadual do Presidente Antônio Carlos.

Como já foi dito anteriormente, no capítulo I, o final da Primeira República, década de 1920, possui peculiaridades que o tornam um momento de emergência de variados movimentos sociais e de uma efervescência intelectual considerável. Dentre essas manifestações sociais, se destaca o fato de muitos defendem a escolarização como forma apta a promover a inserção de um número maior de pessoas na participação política, sobretudo através do voto.

Todos esses acontecimentos estão diretamente ligados às alterações estruturais pelas quais o sistema sócio-econômico brasileiro vem passando. Esse movimento sustenta a necessidade de promover a escolarização como forma de garantir a consecução dos interesses de forças emergentes no interior da sociedade brasileira, que se encontra numa fase de transição estrutural: a economia vem cada vez mais expandindo o modelo urbano-industrial, buscando a consolidação de uma produção para voltada mais para o consumo interno, enquanto supera gradativamente o antigo modelo agrário-exportador, em vigor desde o período colonial.

Em outras palavras, algumas dessas organizações sociais vêm se destacando pela reivindicação crescente da escolarização como meio para a efetivação do voto para toda a população potencialmente eleitores, a fim de exercerem seus direitos e deveres enquanto cidadãos de uma nova nação, formada tendo como base os princípios liberais e democráticos.

Seguindo a ideologia liberal, a escola cada vez mais vem se confirmando como direito de todos. Este princípio liberal norteador, baseada na educação como direito

inalienável de todos, na verdade, se insere na tendência de expressão de uma nova classe que surge no universo social, a burguesia industrial, preocupada em consolidar sua hegemonia enquanto classe dominante, no interior da sociedade capitalista. A burguesia tem o interesse de tornar o processo educacional, principalmente o escolar ou formal, garantia da conquista da hegemonia sobre as classes dominadas, destacadamente o proletariado.

A educação era buscada como meio de garantir a tomada do poder econômico pela burguesia e, conseqüentemente, garantir também o poder político, superando a hegemonia antes possuída pelos latifundiários, que, sistematicamente, excluía boa parte da população do processo de escolarização.

Passa a acontecer também uma passagem gradativa do controle ideológico de entidades da sociedade civil, especialmente, a família e a religião, para o domínio da sociedade política, especificamente, o Estado. Com isso, através dessas reformas, é possível atribuir ao Estado funções, atribuições ou até mesmo competências que antes eram responsabilidade de setores civis. A partir dessas mudanças, o Estado poderia intervir de forma mais eficaz nas transformações estruturais da sociedade. Desse modo,

Toda essa agitação é consequência (...) do fortalecimento da indústria a partir dos anos 14 e do correspondente enfraquecimento econômico do grupo agrário-exportador. No campo político, essa alteração vai ocasionar uma mudança no papel do Estado. O Estado brasileiro, até então de cunho liberal, passa a intervencionista, na medida em que vai assumindo as rédeas de nossa economia. A esta guinada de posição do Estado no campo político-econômico corresponde uma guinada noutros setores de nossa sociedade. No setor social, especialmente a partir de 1926, o Estado vai assumir o papel de mediador entre as diferentes classes, utilizando a educação como elemento estratégico na solução da questão social. (PEIXOTO, 1983: 14)

As diversas reformas do ensino, acontecidas pelos Estados, nada mais são do que reflexos dessas mudanças referentes ao papel exercido pela máquina estatal no tocante à inculcação ideológica, como deseja a classe burguesa, bem como a consolidação de sua hegemonia. De certa forma, as diversas reformas estabelecidas nos mais diferentes estados brasileiros, no decorrer dos anos 1920 (São Paulo – 1920, Ceará – 1922 / 23, Rio de Janeiro – 1922 / 26 e 1928 e Bahia – 1928) refletem a tendência de antecipar a mudança na forma de inculcação ideológica, estabelecida mais tarde na década seguinte (anos 1930). O Estado brasileiro assumirá, por outro lado, o controle do desenvolvimento econômico do país, interferindo diretamente sobre os rumos da economia, superando a tendência anterior de mercado liberal. Portanto,

Esta foi a base educacional estabelecida em Minas Gerais a partir de 1892: uma lei ambiciosa em seus propósitos, enciclopédica em suas prescrições, reticente quanto

à obrigatoriedade do ensino, insegura quanto aos recursos necessários ao financiamento, mas buscando conjugar o estabelecimento da lei maior do país e a crença liberal no poder transformador e regenerador da educação. O maior obstáculo à execução da lei, no entanto, não foi o enciclopedismo, mas a falta de recursos do estado. (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005: 273)

Tais reformas estabelecidas naqueles estados, inclusive Minas Gerais, representam a tomada de um sistema em que a educação escolar assume papel de primordial importância, contribuindo para as garantias do sucesso do projeto burguês de avanço na ordem social estabelecida. Além do mais, essas reformas são também consequência das influências que o movimento escolanovista vem exercendo sobre o sistema de ensino, contribuindo para a disseminação do “entusiasmo pela educação” e do “otimismo pedagógico” e, de forma mais destacada, dos princípios da “escola nova” (em vigor nos países mais avançados, como Estados Unidos).

A escola assumirá o papel de instância formadora de mentalidades voltadas para o exercício da cidadania, mas com destaque especial para a divisão do trabalho social, determinadas pelas relações sociais de produção: tem-se a preocupação de formar elites pensantes, engajadas com a gestão da produção econômica, bem como voltadas também para as diretrizes políticas da nação. Por outro lado, a preocupação é também formar uma nova classe de trabalhadores, cuja formação escolar também se tornou real necessidade, no sentido de adaptar a mão-de-obra disponível para a execução das atividades, no interior do novo modelo econômico, que vêm surgindo gradativamente, baseado no processo de industrialização.

Conseqüentemente, afirma-se que as diferentes reformas estaduais do ensino realizadas dão um destaque especial ao nível primário, demonstrando claramente o objetivo que o Estado burguês atribui a essa modalidade de ensino: a formação cívica e a instrução básica de mão-de-obra especializada para as diversas funções exigidas no sistema de produção, bem como nas atividades burocráticas agora assumidas, gradativamente, pelo Estado. Com isso,

Realizando-se em Estados com características bastante diversas – São Paulo (1920), Ceará (1922/23), Rio de Janeiro (1922/26 e 1928), Minas Gerais (1927/28) e Bahia (1928) – essas reformas, embora com alguns traços comuns, apresentam características bastante específicas, fruto das desigualdades regionais do País e se manifestam em diversos níveis de realização. (PEIXOTO, 1983: 15)

É neste contexto sócio-histórico que é implementada a Reforma realizada por Francisco Campos (1891 – 1968) no Estado de Minas Gerais (anos de 1927/28), durante o

governo de Antônio Carlos, quando assume como Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça (órgão executivo responsável pelas questões relativas à instrução escolar na época).

O governo de Antônio Carlos se destaca por algumas medidas voltadas para a modernização de Minas Gerais, em suas estruturas consideradas mais importantes. Em seu governo, além da Reforma do Ensino Primário e Normal, ganharam destaque algumas mudanças como a reforma administrativa, a implantação do voto secreto, a implementação da Universidade de Minas Gerais, a restauração das relações do governo estadual com a Igreja Católica. Logo,

Desde o princípio, ficou definido, no Regulamento, que o ensino ministrado pelo Estado seria de duas categorias: o fundamental e o complementar. O último, regulamentado a parte, teria o caráter técnico-profissional. A Reforma definia o ensino primário como livre à iniciativa particular, desde que ministrado em língua vernácula e não contrariasse disposições legais e regulamentares, os bons costumes, a ordem pública e a higiene. O ensino fundamental dividia-se em dois graus: escola infantil, com um curso de três anos e escolas primárias, que teriam curso de três e de quatro anos. (MOURÃO, 1962: 372 – 3)

Os trabalhos voltados para a implementação da reforma se iniciam ainda nos anos de 1926, quando é convocado pelo secretário o I Congresso de Instrução, com o interesse e objetivo de realizar uma sondagem, de fazer um levantamento sobre os problemas relativos à educação escolar, no Estado de Minas Gerais. Através dos debates realizados no Congresso, haveria a possibilidade de se realizar um primeiro diagnóstico a respeito da visão do professorado em relação à educação escolar, empreendida no Estado. O mentor desta reforma, Francisco Campos, nasceu em Dolores de Indaiá, a 18 de novembro de 1891, sendo filho do magistrado Jacyntho Álvares da Silva Campos, Juiz de Direito, e de Azejúlia de Souza e Silva. Por isso,

Para colaborar no planejamento e na implementação de seu programa de governo, Antônio Carlos convoca Francisco Luís da Silva Campos, jovem político mineiro, ligado à ala renovadora do PRM. Em setembro de 1926, Campos é nomeado Secretário dos negócios do Interior, cargo que ocupa durante todo o período do governo de Antônio Carlos (1926 – 1930). À pasta dos Negócios do Interior competiam os problemas ligados à instância jurídico-política e à inculcação ideológica. A ela estavam afetos, portanto, os assuntos relativos às eleições em âmbito estadual e municipal, ao poder judiciário e à educação pública, incluindo-se nesse setor o Arquivo Público Mineiro, destinado a preservar a memória do Estado. Sua denominação “Negócios do Interior” reflete a estrutura de poder vigente na época, em que o poder local era decisivo na manutenção da engrenagem da política dos governadores. (PEIXOTO, 1983: 74)

A política educacional implantada por Antônio Carlos e Francisco Campos (representantes da oligarquia mineira e membros do PRM – Partido Republicano Mineiro),

consiste numa prática conciliatória entre os interesses dos setores urbanos emergentes, bem como dos membros das frações agrárias dissidentes, sem romper com a ordem estabelecida. A manutenção da unidade política de Minas Gerais, a nível nacional, dependia de sua principal artimanha junto ao governo federal. Como possuía forte base política, Minas conseguia oferecer ao presidente força suficiente para levar adiante seus planos políticos e para manter esse poder e essa influência, o Partido Republicano Mineiro assumiu uma postura mais flexível diante das divergências internas (entre Silviano Brandão e Bias Fortes, por exemplo) ou acomodando novas lideranças regionais (como Artur Bernardes e Raul Soares), atendendo às reivindicações e aos interesses ora de um setor, ora de outro, a fim de buscar a conciliação.

Francisco Campos também compreendia que a escola, como ponto crucial para a promoção da reforma social, necessária para a manutenção da ordem pré-estabelecida. Acredita-se que, através da educação recebida nas escolas, seria possível ao cidadão o exercício pleno de sua cidadania. Assim,

Há nesta visão um pressuposto básico, o de que a escola reflete o meio social a que pertence. Esta asserção Antônio Carlos e Francisco Campos encontram no filósofo e educador americano John Dewey. Segundo Dewey, a civilização ocidental se encontra em crise, crise que o autor atribui às dificuldades de cunho social geradas pelo desenvolvimento das ciências e pelo modo de produção industrial. Essa crise, de acordo com o pensador norte-americano, vem se cristalizando através da escola, na medida em que o ensino reflete e condiciona, pela utilização de métodos e processos inadequados, as iniquidades sociais que se verificam na sociedade moderna. (PEIXOTO, 1983: 80 – 81)

Em outros termos, com as transformações sociais percebidas como consequência do processo de industrialização pelo qual diversas nações vêm passando, nota-se que a escola acabou incorporando a necessidade de buscar a adaptação aos novos tempos, através da educação formalizada e especializada das escolas, permitindo, inclusive, a consolidação da democracia. Pois,

A educação ocupa lugar de destaque no programa de governo de Antônio Carlos. Isso se explica, de um lado, pelas próprias condições sócio-econômicas do País naquele momento. Neste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização tornam necessária a criação de um sistema de educação comum, capaz de atender às novas exigências no que diz respeito à formação de mão-de-obra e capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes. Em outras palavras, é preciso redirecionar o processo educativo, pois já não se mostram eficientes as instituições mantidas com estes objetivos em outras formação da sociedade civil (como a Igreja, por exemplo) e que desempenharam este papel no estágio anterior. (PEIXOTO, 1983: 71 – 72)

Contrariamente, o governo de Antônio Carlos se vê pressionado diante de duas grandes tendências ideológicas e é obrigado a buscar a conciliação de ambas: por um lado, observa-se a pressão do regime federalista, sustentado pelas oligarquias e, inclusive, responsável pelo governo de Antônio Carlos. Por outro lado, percebe que esse sistema de poder não consegue incorporar as mudanças estruturais pelas quais passa parte do país, sobretudo o Estado de São Paulo.

No período de 1898 a 1929, as oligarquias rurais mineiras detêm um forte prestígio político e consolidam o sistema do coronelismo na prática, como já afirmado no I capítulo. Com isso, O Partido Republicano Mineiro (PRM) consegue um controle de nomeações, uma censura firme junto à imprensa, agregava clubes de produtores, cívicos. Neste controle, entrava também a seguinte máxima dirigida aos coronéis: “nunca se opor ao governador”. Qualquer manifestação contrária ou rebeldia eram punidas nas urnas eleitorais.

Quando Antônio Carlos assume o governo do Estado, houve um apoio muito expressivo de inúmeras jovens lideranças políticas, favoráveis a uma série de reformas que proporcionassem uma modernização no nível das superestruturas. Assim,

Ao destacar a educação em seu programa de governo, Antônio Carlos o faz em sentido estratégico. Em primeiro lugar, sob a aparência de garantir, via transferência da educação para o Estado, a extensão dos direitos de escolaridade aos grupos até então marginalizados da política do País, Antônio Carlos coloca sob a direção dos grupos no poder um importante instrumento de controle e persuasão social. Em segundo lugar, ao atender a uma importante reivindicação dos grupos emergentes, ele capta a adesão dos setores médios e dos grupos modernizantes do País para seu programa de governo. (PEIXOTO, 1983: 72 – 73)

Em suma, Francisco Campos, sendo secretário responsável pelas questões educacionais, passa a ser um dos sujeitos mais iminentes no processo de modernização, levado adiante pelo governo estadual de Minas Gerais, acreditando ser possível a superação da crise através da consecução de uma sociedade harmoniosa, fortalecendo o equilíbrio entre as classes sociais.

Inclusive, o jornal hegemônico de Patrocínio, “CIDADE DO PATROCÍNIO”, reflexo e porta-voz dos ideais políticos da oligarquia rural patrocinese (elite política de Patrocínio) e de propriedade do Coronel Honorato Martins Borges, publicou uma mensagem com uma proposta firmada pelo então Presidente do governo estadual, Antônio Carlos, acerca da sua visão defendida sobre o ensino primário e, principalmente, quanto a sua manutenção. A mesma foi publicada nos seguintes termos:

A mensagem do Presidente Antonio Carlos – ENSINO PRIMÁRIO – Devo pedir vossa atenção para o aspecto financeiro do problema do ensino primário. A

manutenção dos grupos e escolas existentes, a criação sucessiva, imposta pelo dever de disseminar o ensino, de novos grupos e de novas escolas, reclamam só por si avultada quantia, que cresce de ano para ano; leve-se em conta ao lado desse fator de despesa, a necessidade de instalação condigna de tais estabelecimento de ensino, e se concluirá que é de grande vulto a soma dos recursos pecuniários exigidos por esse relevante serviço público. Foi, sem dúvida, por haver meditado sobre esse assunto, que o Congresso de Ensino Primário suscitou, com interesse, a idéia da criação e funcionamento de um fundo escolar com auxílio do qual seja possível preencher as muitas lacunas de que ainda se ressentem a organização e o funcionamento do ensino primário. Tenho a firme esperança de que da vossa colaboração com o governo resultará bom êxito para os esforços que devemos conjugar no sentido da criação e desenvolvimento do fundo escolar. Como subsídio para a futura instituição, deve ser considerada a contribuição das municipalidades, cujos orçamentos para o corrente ano consignam, em favor da instrução primária, verbas na importância de 1.741:888\$700; e, em auxílios a caixas escolares, 112:890\$000. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 733 – 24/07/1927)

O presidente Antônio Carlos passa a defender o papel do Estado como uma das instituições mais importantes para o controle dos processos educacionais quanto ao currículo adotado, à formação de professores, como garantia do sucesso no aprimoramento da cidadania, entendida como exercício do direito ao voto.

A Reforma Campos atinge tanto o nível primário de formação quanto as escolas normais, como um estágio na consolidação da democratização social. A preocupação é tomar uma série de medidas relacionadas à estrutura interna escolar, voltadas para a reestruturação das instituições escolares, a fim de buscar a adaptação necessária para a modernização de Minas Gerais. Por isso,

Resumindo, a reforma de Francisco Campos se traduz numa tentativa de completa modificação no interior das escolas, à luz, dos padrões estabelecidos pela Psicologia Educacional, reflexo do movimento escolanovista. Através do Regulamento é estabelecida uma série de medidas de natureza administrativa e pedagógica, consideradas fundamentais á implantação do novo modelo. Neste sentido, através dos textos legais se procura cercar todos os fatores que, de maneira direta ou indireta possam influenciar na dinâmica dos trabalhos escolares. Embora a natureza da atuação se justifique em nome da qualidade, ela representa, a nosso ver, de maneira muito mais acentuada, o reconhecimento da educação como importante instrumento de seletividade, de controle e persuasão social. À luz deste critério é possível compreender que, embora a nível de discurso se pregue a renovação, o atendimento às condições individuais do aluno etc., a nível institucional se crie uma organização em que nada escape à ação do Estado, desde os princípios mais gerais e importantes, como, por exemplo, a definição do papel da escola, até detalhes como dimensão e formato de carteiras. (PEIXOTO, 1983: 129)

Essa disposição de realizar as reformas de todo o processo educativo sob a responsabilidade do Estado, com a intenção de ajudar na consolidação de uma máquina burocrática eficiente e moderna, adaptada às exigências dos novos tempos. Neste sentido, todo esse excessivo controle do Estado sobre as escolas repercutirá, especificamente, sobre o magistério, como perda da autonomia na execução do trabalho pedagógico. Todos os

trabalhadores escolares comporiam, assim, todo um corpo pré-estabelecida de regras, de normas de comportamento, de padrões transformados em marca oficial de um Estado voltado para a burocratização e de forte tendência técnica. Com isso,

[...] a reforma educacional do governo Antônio Carlos, de autoria de Francisco Campos e cuja implantação se deve a Mário Casasanta, reflete o sentido de “modernização” pleiteado por algumas frações das classes dominantes no momento. Constitui a reforma um marco do início de um processo de transferência para o Estado, das formas de controle da inculcação ideológica e da socialização, vinculadas, até este momento, a entidades ligadas à esfera da sociedade civil. Esta guinda no campo da educação, constitui um dos primeiros passos no sentido de se impor ao País um Estado “burocrático desmobilizador”, capaz de gerenciar, em nome dos princípios da técnica e da eficácia, todos os setores da vida nacional, o que se explicita no Estado Novo, em 1937. (PEIXOTO, 1983:172)

A reforma aqui abordada (Francisco Campos), objetiva garantir as condições mínimas para a realização de um processo de modernização da educação em Minas Gerais, que supõe, inclusive, um teor e um tratamento técnico frente a própria concepção de educação, influenciada pelas idéias do movimento escolanovista. E, em seguida, garantir parte das condições necessárias para a implementação da modernidade, no âmbito da sociedade como um todo. Desse modo,

A posição de Francisco Campos, neste sentido, não é individual. Ela reflete a influência da Escola Nova e do “otimismo pedagógico”, tendência que, na década de vinte, passa a orientar as discussões dos problemas educacionais brasileiros. O “otimismo pedagógico” trata o problema da educação sob o enfoque da qualidade e suas atenções se concentram na eficiência do ensino. Esta tendência surge no País, em função de uma série de fatores: o declínio da campanha de combate ao estrangeirismo, que domina a década anterior, em consequência do término da guerra; a tomada de consciência por parte dos políticos, de que a utilização da educação como instrumento para a conquista do poder tem efeitos relativos e a muito longo prazo; a atuação do próprio governo, que, receoso em relação aos possíveis efeitos de uma escolarização maciça, coopera para tornar a educação um problema “isento” do ponto de vista político, um problema eminentemente técnico, tratado por profissionais; e, finalmente, à introdução no País das idéias da Escola Nova. A educação sai então do âmbito de cogitações dos políticos e passa ser objeto de estudos específicos. Passa a ser considerada um tema eminentemente técnico. (PEIXOTO, 1983: 89)

Apesar de a Reforma Francisco Campos estar sob a influência de um contexto extremamente conservador em nível macro-estrutural, a mesma está voltada para o respaldo do avanço do progresso, como critério de inserção do Estado mineiro na consolidação do capitalismo em formação no Brasil. Isto é, torna-se necessária a renovação de alguns setores sociais, destacadamente o da educação, a fim de que permaneçam as estruturas básicas do exercício do poder político. Por isso,

Através de uma intensa campanha de mobilização do professorado e do povo em geral, o governo procura fazer frente às reações que se sucedem à publicação dos regulamentos e programas do ensino primário e normal. Estas reações partem dos setores mais tradicionais da sociedade mineira, em especial da Igreja Católica, que, temendo os possíveis efeitos de uma escolaridade extensiva, a ameaça de perda do controle da hegemonia no campo da inculcação ideológica, protesta contra a desoficialização do ensino particular, contra o caráter materialista com que a lei aborda o problema da aprendizagem, contra a introdução da Psicologia no currículo das escolas normais e contra os novos métodos de ensino. (PEIXOTO, 1983: 140)

Reformas como a de Francisco Campos, voltadas para a educação, demonstram claramente a preocupação em torno da formação de mentalidades, da inculcação ideológica, bem como a assimilação de uma concepção de mundo, oferecida pela classe dominante, e imposta às classes menos privilegiadas. A educação é fundamental tanto para a manutenção de privilégios sociais, como para a possibilidade de se realizar uma superação das desigualdades. A elite dominante, qualquer que seja seu perfil, sempre se utilizou da educação para a consecução de seus interesses. Então, através da conformação social, da manutenção da ordem imposta, a elite pode prosseguir no sentido de consolidar seu projeto de domínio político.

Ao realizar a reforma, com destaque voltado para o ensino primário e o ensino normal, havia, por outro lado, o interesse estratégico das elites políticas em promover a democratização do ensino, garantia da expansão do número de eleitores em exercício. Assim, seria possível garantir a ampliação do direito ao voto a todos os cidadãos e ampliar o controle político.

Isso ocorre num momento em que cidadão é entendido como o indivíduo apto ao exercício da escolha eleitoral, com o pressuposto de que ele seja escolarizado, instruído e alfabetizado. Neste sentido, o grupo da elite local de Patrocínio, liderado pelo Coronel Honorato Borges, entra em consenso e um alinhamento ideológico com o pensamento do Presidente Antônio Carlos, bem como de seu Secretário dos Negócios do Interior Francisco Campos, na questão de se valorizar a participação cada vez maior de um número efetivo de eleitores no pleito.

Por isso, há a defesa desses chefes políticos patrocínenses (Honorato Borges e João Alves do Nascimento, por exemplo) em prol da educação pública, primária. Assim, no Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” foi publicado:

Alistamento eleitoral – O nosso povo tem compreendido a alta finalidade do apelo que os srs. Cel. Honorato M. Borges e João Alves do Nascimento, respectivamente Presidente do Diretório do P.R.M. e Câmara Municipal deste município têm feito no sentido de ser aumentado o contingente eleitoral. Falange de moços se alista dia a dia, dando uma prova irretorquível de elevado civismo e de amor a esta terra. Que

cada um se constitua em um verdadeiro fator do progresso desta terra, procurando alistar-se, porque é pelo voto, só pelo voto livre e consciente, que poderemos elevar cada vez mais o nível moral e material de nossa pátria. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 820 – 28/04/1929)

Em termos nacionais, a questão eleitoral sempre foi alvo de polêmica. Sempre houve discussões em torno dos critérios a serem usados para identificar um eleitor, bem como aqueles que compunham o universo da cidadania. Assim,

Entre o crescimento da sociedade e a participação política, há que contar com os efeitos retardados do sistema, tradicionalmente operantes sobre a realidade. A população brasileira passou dos 10 milhões de 1872 para 14 milhões em 1889, com 20 milhões em 1905, 27 no ano de 1920 e 34 no começo de 1931. Nas cidades (mais de 30.000 habitantes) residem 31% em 1872 da população, 24% em 1890, 36% em 1900 e 51% em 1920. Aqui, o engano maior: os homens da cidade não exercem, na totalidade, funções urbanas. Com o predomínio das atividades da agricultura e da pecuária, há uma faixa instável, rurbana, caracterizando-se o corpo social pela influência de interesses rurais. Cidades que servem ao campo, embora isso não expresse o controle financeiro da lavoura pelas próprias unidades produtivas. No recenseamento de 1840, com melhores critérios de classificação, havia ainda 68,74% da população consagrada à vida rural, calculando-se que 84,36% dos habitantes radicaram-se nos municípios do interior. A participação política dependia, no Império, do regime censitário e do regime capacitário. Em 1872, votantes e eleitores, excluía a exigência de alfabetização só imposta pela Lei Saraiva (1881), atingiram 1 milhão e 100 mil, 11% da população. Na primeira eleição direta (1881), compareceram 96.411 eleitores, par um eleitorado de 150.000, menos de 1,5% da população e menos de 1%, se considerados os eleitores comparecentes. O regime republicano extingue o sistema censitário, mas também o capacitário, com a exclusão, agora definitiva, dos analfabetos (Decreto 200 A, de 8 de fevereiro de 1890). Em 1898, a primeira eleição presidencial com o comparecimento de todos os Estados, os eleitores sobem a 462 mil, num incremento de 300% sobre 1886. Ainda assim a proporção será de 2,7% sobre a população. Daí por diante só a eleição de 1930, a única que leva mais de um milhão de eleitores às urnas, atingirá o percentual de 5,7%. Entre 1898 e 1926 os números oscilam entre 3,4% e 2,3%, num ciclo mais descendente que estável. A tendência impressiona se se tem em conta que a população alfabetizada se projetou de 14,8% em 1890 para 24,5% em 1920. A República Velha continua, sem quebra, o movimento restritivo da participação popular, paradoxalmente consangüíneo do liberalismo federal interrompido no fim do Império. A política será ocupação dos poucos, poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas. A essa direção política corresponde a liderança econômica e social, em interações mútuas, onde não se deve excluir, por mero preconceito de escola, o impulso primário de poderes estatais, em nível federal e local. (FAORO, 2004: 620 – 1)

Enfim, o Período da República consiste na continuidade da prática elitista nas eleições, pois a maioria das pessoas excluía do exercício do direito ao voto. Mesmo havendo a declaração dos direitos políticos individuais, continua a marginalização de significativa parcela da população frente aos direitos eleitorais.

2.4. Considerações Parciais

O Estado de Minas Gerais, no decorrer da Primeira República (1889 – 1930), demonstra-se como uma das unidades federativas mais dinâmicas, no sentido de promover um movimento de adequação das condições do Estado ao projeto republicano e positivista.

As ações políticas levadas adiante, no decorrer dos governos estaduais, visam consolidar Minas Gerais como o Estado mais influente nas decisões políticas do Governo Federal. A “política do café-com-leite” é uma das mais fortes expressões do desejo mineiro de sustentar sua forte presença junto aos ditames nacionais. Minas Gerais e São Paulo procuravam, cada um ao seu modo, fortalecer sua influência sobre os demais estados, a fim de garantir sua hegemonia.

Lideranças políticas do Estado de Minas Gerais, concentradas no PRM (Partido Republicano Mineiro), levaram adiante uma série de medidas com a finalidade de promover a dinamização do Estado, preservando as forças políticas de sustentação, baseadas no coronelismo. Além do mais, buscava-se também a reformulação de determinadas estruturas sociais, com o intuito de adequá-las ao novo regime republicano.

Dentro dessa perspectiva de dinamização, as lideranças políticas republicanas mineiras passaram a implementar diversas reformas estruturais. Dentre estas, uma das áreas que atraíram atenção se concentra justamente na área educacional. Isto se justifica devido à função estratégica que a educação assume com o projeto republicano positivista de sociedade. Nesse sentido, a escola é encarada como importante projeto civilizatório. Acredita-se que a questão educacional tenha fundamental importância para consolidar o progresso da sociedade, sustentada nos ideais positivistas. Considerava-se a educação fator importante no sentido de aprimorar o sentido de nacionalidade, proporcionando a construção da identidade nacional e conduzi-la rumo ao desenvolvimento.

Em Minas Gerais, a questão da modernização do ensino primário, no decorrer da República Velha, tornou-se um elemento essencial no esforço contra o analfabetismo e no desenvolvimento cultural do Estado. Os governantes, no início da Primeira República, sintonizados com a ideologia positivista, buscavam modernizar o processo educacional no âmbito escolar, com o intuito de superar as precárias condições de ensino, pelas quais o Estado vinha passando.

A Reforma de Ensino João Pinheiro, realizada em 1906, expressando esse desejo de renovação e de reformulação da rede de ensino oficial do estado mineiro, torna-se marco histórico no sentido de ser a responsável pela implantação dos grupos escolares no Estado. Os

grupos escolares encerram o modelo considerado, naquele momento, o que de mais moderno existia para a implantação de uma rede de escolas públicas. Com isso, os grupos escolares, conhecidos também como escolas reunidas, são a partir daí criados e implantados em todo o Estado de Minas Gerais.

Em outras palavras, a política implícita de funcionamento dos grupos escolares se resumem na tentativa de racionalização do processo ensino-aprendizagem, contextualizada por uma série de elementos: busca-se o estabelecimento de uma nova relação entre professor, com boa formação acadêmica, e alunos, agora homogeneizados por seriações.

Busca-se também uma renovação da metodologia de ensino, baseada na forma intuitiva. Por outro lado, renova-se também a preocupação com a construção predial das escolas, consideradas agora, palácios do ensino. Neste sentido, procura-se construir a escola em locais de destaque no interior da organização espacial das cidades, simbolizando a renovação, o progresso, o dinamismo.

A escola obtém lugar de destaque no cenário urbano, dividindo espaços com os prédios administrativos mais importantes. Supera-se também a imagem das escolas isoladas, muitas vezes adaptadas em casas, ou em precárias condições de instalação. Além disso, era também a época da inspetoria escolar, como papel fiscalizador do processo de escolarização, proporcionado pela implantação dos grupos escolares.

Portanto, a implantação dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais representa a fase em que a educação é assumida como parte do projeto republicano de civilização, buscando incessantemente o progresso humano, construindo uma história baseada em princípios positivistas. Os grupos escolares são considerados, no interior das cidades, como sinal visível do novo regime republicano, interessado em proporcionar a escolarização da sociedade.

Nas cidades do interior mineiro, as elites locais, na intenção de viver em consonância com os projetos nacionais e estaduais de modernização, há também o processo de criação dos grupos escolares. Isso se deve ao fato de as elites locais também necessitavam se consolidar como liderança política e, assim, consolidar o sistema de distribuição de poder. A conquista de melhorias estruturais é usada como meio de propaganda ou até mesmo na conquista do reconhecimento da população em prol dos interesses políticos. O ensino primário, por ser a base da escolarização, atinge o universo social, proporcionando um diferencial na formação da população, até então, em sua maioria, analfabeta e marginalizada dos processos políticos, sobretudo o das eleições.

Desde o início da década de 1910 até a década de 1920, todas as ações educativas do governo estadual de Minas Gerais tinham como inspiração a Reforma João Pinheiro, de 1906. A partir desta, a rede estadual de ensino vai se configurando, buscando a racionalização do processo educacional escolar.

Com as mudanças econômicas pelas quais o país vem passando, no decorrer das três primeiras décadas do século XX, a industrialização vem se consolidando gradativamente no Brasil. Minas Gerais também sofrerá as conseqüências desta mudança qualitativa da identidade brasileira: do sistema agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Neste sentido, algumas mudanças estruturais necessitam ser implementadas a fim de adaptar novamente a sociedade às novas condições sociais.

A Reforma Francisco Campos (1927 / 28), realizada durante o governo do presidente Antônio Carlos, representa essa nova tendência de tornar o Estado mais engajado nas decisões de caráter estrutural. Isso também representa uma inovação no campo da política social. O Estado passa a assumir responsabilidades que, anteriormente, eram ligadas mais estritamente à sociedade civil, como a educação. A gestão de Francisco Campos simboliza a mudança de perspectiva da função do Estado, enquanto instância política responsável pela estruturação da sociedade mineira.

A Reforma educacional implantada por Francisco Campos tinha o interesse de consolidar a presença do Estado junto ao processo de escolarização, à consolidação da rede estadual de ensino, sobretudo primário e normal. Novamente, a escola seria vista como instituição por excelência capaz de consolidar a formação social de uma população. Por conseguinte, Minas Gerais tem a possibilidade de trabalhar a conciliação, em seu interior, das diversas tendências políticas: uma voltada para a manutenção das relações de privilégio, baseadas nas redes locais de poder; por outro lado, a necessidade de promover a dinamização e modernização do Estado, buscando sua adaptação às novas condições econômicas do país.

Portanto, situando-se numa tendência estadual, Patrocínio também buscará implementar e conquistar um grupo escolar, a fim de possuir em seus limites uma expressão material do modelo escolar proposto pelo republicanismo como mais propício para o desenvolvimento social. Assim, a conquista de um grupo escolar representaria não só a força política da elite local junto ao governo estadual, mas também um instrumento na tentativa de implementar uma organização da escola a nível local.